

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ

PLANO DE TRABALHO

PROFESSORA ELIANE GUIMARÃES PEREIRA MELLONI

Itajubá (MG)
25 de fevereiro de 2022

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
1. APRESENTAÇÃO DA MINHA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA NA UNIVERSIDADE	2
2. PRINCÍPIOS, VALORES E EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE	3
3. O IRN EM NÚMEROS	5
4. AÇÕES AFIRMATIVAS	6
4.1 GRADUAÇÃO.....	6
4.2 PÓS-GRADUAÇÃO.....	7
4.3 PESQUISA	8
4.4 EXTENSÃO	9
4.5 CONVÊNIOS E CONTRATOS	10
4.6 DISCENTES	10
4.7 EGRESSOS.....	12
4.8 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	12
4.9 COLEGIADOS E COORDENAÇÕES DE CURSO	13
4.10 INFRAESTRUTURA	14
4.11 COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE	14
4.12 RESPONSABILIDADE SOCIAL	15
4.13 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE (PDU)	16

APRESENTAÇÃO

Neste PLANO DE TRABALHO apresento algumas observações e proposições por ocasião da minha candidatura à Direção do Instituto de Recursos Naturais (IRN) da Universidade Federal de Itajubá (Unifei). Destaco que minha intenção não é de apenas elencar ações que conduzirei frente ao IRN, caso venha a exercer tal função. Aqui procurarei retratar a situação atual do IRN e da Unifei, já que penso em uma Universidade voltada aos interesses gerais, com menor disparidade entre grupos ou institutos. A universidade é forte quando há um equilíbrio entre as diferentes unidades que a compõe e, a partir disso, apresentarei propostas de ações a serem desenvolvidas e metas a serem alcançadas, não somente numa visão mais limitada de instituto, mas de uma visão mais ampla e universitária. As informações foram baseadas em documentos oficiais e página eletrônica da UNIFEI.

Assim, o que trago reflete não somente minha experiência como docente desta Universidade, mas também minha experiência administrativa, que me permite delinear projeções para os próximos anos.

1. APRESENTAÇÃO DA MINHA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA NA UNIVERSIDADE

Ingressei na Unifei em março de 2003, no Instituto de Engenharia Mecânica (IEM), quando a Escola Federal de Engenharia de Itajubá (EFEI) estava se tornando uma Universidade, nossa atual Unifei, e a criação de novos institutos.

Foi neste período de entendimento e construção da Universidade é que fui contratada como professora de Geologia, Pedologia, Manejo e Conservação do Solo. Logo em seguida, optei por entrar no recém-criado Instituto de Recursos Naturais (IRN), nesta época com não mais que 10 professores atuando em dois cursos: Engenharia Ambiental e Engenharia Hídrica.

Com o Programa REUNI, instituído através Decreto 6 096, de 24 de abril de 2007, a Unifei ampliou o número de cursos, tanto de graduação quanto de pós-graduação, e o IRN foi o Instituto que criou dois novos cursos: Ciências atmosféricas e Engenharia Civil. Nesta época, eu atuava na administração, sendo Vice-Diretora do Instituto (2007- 2008), ao lado do professor Geraldo Lúcio Tiago Filho.

No período de 2008 a 2012, fui Diretora do Instituto, junto com o professor Fernando das Graças, e tinha como missão estruturar os dois novos cursos propostos pelo IRN, contando com a inestimável ajuda dos coordenadores naquela época.

Entre o período de 2013-2016, participei da gestão do Prof. Dagoberto de Almeida como Chefe de Gabinete. Neste período, ações importantes que até hoje perduram foram planejadas àquela época. Entre elas destaco a criação do edital do CGLab e do Centro de Educação (Ceduc). Estas proposições vieram da minha experiência como Diretora e da constatação que o processo de compras nos institutos para os laboratórios precisavam de um estímulo. O Ceduc surgiu da necessidade de um espaço onde fossem abrigados(as) docentes com formação pedagógica e experiências na área de educação, de forma a compartilhar conhecimentos e apoio docentes dos institutos.

2. PRINCÍPIOS, VALORES E EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE

Sendo universidade um termo polissêmico, é preciso, para a construção do conceito, identificar o que a caracteriza como tal. Considerando os aspectos inerentes à sua definição, a Universidade deve ser vista como instituição que se constrói pela pluralidade de áreas e campos do saber – para diálogo e crítica sob diferentes olhares, ou seja, ela “não pode existir senão como uma experiência de liberdade, liberdade de pensamento, de criação e de intervenção sobre a realidade social” (PAULA, 2003)¹.

A universidade, no sentido pleno do termo, deve ser lugar de formação integral (competências técnicas, epistemológicas, humanas e sociais) e produção de conhecimento onde se estruturam ensino, pesquisa e extensão, sustentados pelos princípios de interdisciplinaridade, autonomia e liberdade da administração institucional e científica (PEREIRA, 2009)².

Pauto-me no Artigo 52 da Lei 9.394/96 para salientar que a tríade ensino-pesquisa-extensão constitui os pilares da universidade federal brasileira.

A Unifei deve, já em sua missão, preservar a igualdade entre esses pilares. Essa equidade deverá ser garantida por meio de indicadores de resultados estabelecidos em normas que contribuam com o desenvolvimento de uma visão articulatória e sistêmica dos três eixos.

A Unifei tem como missão, descrita no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), “Ser uma Universidade que contribua efetivamente para o desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade, por meio da geração, disseminação e aplicação do conhecimento, da responsabilidade social e da formação de profissionais empreendedores e inovadores.” Missão esta que pode ser ampliada a partir dos conceitos apresentados acima. Saliento aqui que as discussões para a ampliação do conceito de Universidade é um ponto fundamental que almejo contribuir se vier a me tornar diretora.

Entendo que esta missão proposta se faz pela interlocução com a sociedade, já que esta é a origem e o destino da missão institucional. Um dos caminhos para tal interlocução é a interação da Universidade com os níveis de ensino da educação

¹ PAULA, M. F. A perda da identidade e da autonomia da universidade brasileira no contexto do neoliberalismo. *Avaliação*, Sorocaba, v. 8, n. 4, dez. 2003.

² PEREIRA, E. M. A. A universidade da modernidade nos tempos atuais. *Avaliação*, Sorocaba, v.14, n.1, mar. 2009.

básica. E, além disso, tenho que salientar a preocupação com o regional, mas sem esquecer a necessidade nacional de alguns cursos. É desse modo que a universidade se torna responsável também pela elevação dos índices da Educação no país. Outro caminho é a internacionalização, pois com ela as inovações tecnológicas, as tendências sociais e um outro olhar de como se configura uma universidade podem ser apreendidos e, dessa maneira, incorporar ao nosso cotidiano ideias que possam contribuir para nosso crescimento e fortalecimento institucional.

O modelo de universidade que penso se fortalece também pelos mecanismos de gestão, com respeito às características de cada área do conhecimento e de cada unidade organizativa que compõe a instituição. Neste sentido, uma proposta a ser debatida no IRN seria:

- O tamanho do instituto condiz com a missão que temos a desenvolver?
- Os recursos financeiros, físicos e humanos são compensados pelo grande número de cursos atendidos?
- A divisão do IRN em outros institutos favoreceria maior aporte de recursos e maior integração entre os professores?

Agora, tratando-se da expansão das IFES ocorrida em 2007, o REUNI foi um programa patrocinado pelo governo federal, basicamente voltado para a expansão dos cursos de graduação, que se revelou por um lado bom – a iniciativa do MEC de ampliação de acesso ao ensino superior e boa receptividade por parte das IFES – como também um lado negativo – principalmente pela incapacidade da Instituição de realizar contratações de professores e adequação de suas infraestruturas físicas no intervalo de tempo proposto. Aqui destaco que esta expansão, muitas vezes, não foi acompanhada pela mudança na mentalidade instituída do conceito de Universidade dentro da Unifei, tema este que deve ser exaustivamente e sempre debatido em todos os níveis hierárquicos.

3. O IRN EM NÚMEROS

Dentro do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2023PDI, a UNIFEI tem como objetivos e metas institucionais, entre os quais:

- Dobrar o número de docentes que atuam em programa de pós-graduação. Cerca de 80% dos docentes do IRN estão atualmente nas classes C e D, principalmente na C. Pode-se dizer que são docentes jovens ou com pouco tempo de casa, dedicando-se intensamente aos cursos de graduação. No entanto, em termos numéricos, o IRN apresenta um pouco mais de 54% dos docentes atuando em cursos de pós-graduação, principalmente nos Programas de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e Mestrado Profissional em Engenharia Hídrica. Outros poucos apresentam vínculos aos cursos de Mestrado em Engenharia de Energia, Desenvolvimento Tecnologia e Sociedade, e Educação em Ciências. Para dobrar o número de docentes que atuam em programas de pós-graduação, muito deve ser feito, principalmente identificando e reconhecendo os potenciais dos(as) docentes e agregando equipes de trabalho conforme seu interesse acadêmico. Planejar ações nesse sentido deve fazer parte de qualquer estratégia visando atingir esse objetivo do PDI institucional.
- 80% dos servidores docentes envolvidos em ações de extensão. Mais de 80% dos docentes do IRN estão envolvidos em ações de extensão, coordenando ou fazendo parte de equipes de trabalho. Nesse aspecto o IRN tem forte engajamento em ações ligadas à sociedade, com oferta de cursos, palestras, eventos, ações diretas nas escolas, nas empresas etc. No entanto, pouco deste trabalho tem sido devidamente relatado e apresentado à Unifei e à sociedade. Eis um gargalo que precisa ser resolvido ou estimulado.
- Estimular e apoiar a realização de estágios de pós-doutorado em universidades de prestígio no exterior. Nesse sentido, não chega a 2% os docentes que conseguiram realizar estágios de pós-doutorado em universidades de prestígio, nacionais e internacionais. Certamente, trata-se de uma grande questão a ser trabalhada pela gestão do IRN. Como incentivar esse processo? Quais as demandas? Como reconhecer e estabelecer parcerias? A estreita relação com a Coordenação de Relações Internacionais da Unifei é de fundamental importância para esse planejamento.

4. AÇÕES AFIRMATIVAS

Um conjunto de políticas proposto pelos institutos em conjunto com a reitoria deve ser discutido e implantado pela Universidade, visando maior participação de professores nos cursos de pós-graduação, projetos de extensão e capacitação dos professores da Unifei, principalmente os contratados mais recentemente. Por isso, vejo como demanda imediata a discussão de ações afirmativas nesse momento para que possamos cumprir, de forma parcial ou integral, o PDI, considerando toda a Universidade. Contudo, como fazemos parte de um sistema federal de ensino superior, sendo o nosso mantenedor – Ministério da Educação, deve-se buscar apoio junto a ele através da Reitoria, dialogando, planejando e executando ações para que as metas possam ser alcançadas.

4.1 GRADUAÇÃO

Os indicadores para os cursos de graduação são de fundamental importância para o planejamento, gerenciamento e acompanhamento do desempenho de todos os entes envolvidos (o próprio curso, alunos, professores, técnicos e comunidades acadêmica e exterior) nos processos de ensino aprendizagem.

Dentre as diversas proposições de estabelecimento de indicadores para os cursos de graduação, destacam-se: os sucessos na admissão e formação, taxas de retenção e evasão, números absolutos de vagas ociosas e notas dos exames promovidos pelo ministério da Educação (IGC, Enade entre outros).

Na Unifei, desde 1997, vários indicadores internos estão sendo estabelecidos e implementados, com o destaque para os mencionados acima. E, obviamente, os vários cursos existentes apresentam, em suas linhas temporais, resultados satisfatórios ou não. E, mesmo para um mesmo curso, existem diferenças substanciais, em termos de desempenho, entre os campi de Itajubá e Itabira.

Com foco nos cursos mais próximos ao IRN - os quais são: Engenharias Ambiental, Hídrica, de Bioprocessos, Química, Civil e também Ciências Atmosféricas e Ciências Biológicas – poderemos considerar que:

- Existe um levantamento pormenorizado desses indicadores de 1997 até 2017;

- Existem cursos com desempenho superior a outros, principalmente nos quesitos evasão e sucesso na formação;
- Diversas ações podem ser propostas para melhorar os desempenhos de todos os cursos e tentar situá-los no mesmo patamar de qualidade e satisfação da comunidade;
- Algumas dessas ações podem ser estabelecidas pelo próprio Instituto; contudo, há a necessidade de envolvimento da PRG para que todas as ações sejam implementadas e tenham seus objetivos alcançados;
- O incentivo ao trabalho conjunto, por parte da direção do IRN, dos diversos atores educacionais deve ser imperativo e urgente.

4.2 PÓS-GRADUAÇÃO

Incrementar as iniciativas de interação graduação/pós-graduação. A grande maioria dos docentes admite que a pós-graduação traz grandes benefícios à graduação; o que vem corroborar a necessidade de afirmação do trinômio ensino-pesquisa-extensão;

- Incrementar as iniciativas de interação com o setor empresarial;
- Incentivar professores, pesquisadores e alunos para o aumento necessário de produção científica relevante. Há uma nítida percepção, por parte dos docentes, de que a produção científica da instituição não é satisfatória para elevar os indicadores dos programas de pós-graduação;
- Ampliar o número de vagas oferecidas;
- Incentivar a criação de novos cursos para que a grande maioria dos professores do IRN estejam inseridos;
- Desenvolver critérios que permitam a entrada do maior número possível de docentes nos cursos já existentes,
- Trabalhar junto à reitoria para uma campanha de aumento do número de bolsas nos cursos de pós graduação já existentes.

4.3 PESQUISA

A pesquisa deve realmente se configurar como uma atividade básica de uma universidade na tríade ensino-pesquisa-extensão.

Para isto tenho como objetivo a discussão junto aos conselhos superiores que:

- a pesquisa seja um dos objetivos principais tanto da pós-graduação como também da graduação;
- a interligação da pesquisa com o ensino e a extensão seja sua atribuição fundamental;
- o pesquisador – professor, aluno, técnico ou agregado – tenha um suporte administrativo adequado na busca por financiamentos;
- o tempo de trabalho na pesquisa não seja consumido com trâmites burocráticos e sim, para a consecução da pesquisa em si;
- a divulgação das pesquisas seja verdadeiramente sentida na instituição e nos meios externos;
- sejam viabilizados projetos entre o IRN e outras instituições de pesquisa e/ou ensino;
- o intercâmbio de pesquisadores seja uma prática corrente em nosso instituto;
- que os grupos de pesquisa sejam eficazes e representem os anseios dos grupos de pesquisadores;
- congressos e seminários sejam situações cotidianas e não simplesmente esporádicas;
- as atividades de pesquisa tenham indicadores bem definidos como, por exemplo, a real carga horária do pesquisador nessa atividade;
- a Semana de Ciência e Tecnologia e o Seminário de Iniciação Científica não sejam apenas etapas burocráticas a serem cumpridas em nosso calendário acadêmico.

Essa proposição de ações advém das seguintes constatações:

- É evidente a necessidade de melhor estrutura física e logística para o bom andamento da pesquisa no IRN;
- Os alunos – graduação e pós – têm variadas oportunidades de se envolverem em pesquisa na UNIFEI;

- Nota-se que, quando bem conduzidas, as atividades de pesquisa não prejudicam as atividades docentes;
- Há um razoável questionamento por parte da comunidade acadêmica se o direcionamento de nossas pesquisas, referentes ao desenvolvimento institucional, está sendo o mais adequado;
- A questão da inexistência de um sistema de comunicação eficiente na Instituição fica evidenciada na percepção da comunidade se há uma boa formação de pesquisadores.

4.4 EXTENSÃO

Há necessidade de se pensar a extensão como espaço de formação de discentes, docentes e técnico-administrativos. Todas as atividades de extensão devem ser realizadas de forma institucional e os trâmites legais dos processos de análise e apreciação dessas atividades devem ser caracterizados por uma celeridade necessária a esse tipo de atividade universitária. O desenvolvimento das atividades de extensão, bem como sua compatibilização com as atividades de ensino, de pesquisa e de administração, precisam ser melhor compreendidos em nossa instituição.

Consideramos que a extensão deve atender de forma equilibrada às dimensões utilitarista e social, e esta será uma meta a ser almejada para fazer com que a nossa inserção na comunidade externa seja realmente efetiva.

Há uma boa percepção dos segmentos da comunidade acadêmica de que a extensão social é fundamental no contexto institucional e o IRN se destaca neste quesito. Entretanto, mecanismos concretos para incentivar a participação de todos(as) os(as) docentes e servidores técnicos administrativos nos projetos sociais devem ser acionados, tornando mais visíveis as ações e a articulação entre ensino-pesquisa-extensão. Fica evidente, também, a necessidade de mais informações dessa atividade aos discentes, docentes e servidores técnicos administrativos. A divulgação é imprescindível para que os projetos sociais possam ser apoiados por um número maior de pessoas.

4.5 CONVÊNIOS E CONTRATOS

A formalização das relações da UNIFEI com os setores público e privado deve se dar, preferencialmente, de maneira direta entre os interessados. Quando não se fizer possível, a intermediação das fundações de apoio torna-se primordial.

O incentivo para a realização de convênios e contratos que realmente tragam benefícios para o IRN deve ser crescente e contínuo e com as diretrizes básicas:

- Participação efetiva e mandatória da PROEX;
- Regras claras para os elaboradores das propostas;
- Rapidez nos trâmites institucionais.

4.6 DISCENTES

No tocante aos(as) discentes, podemos falar em dois grupos de aspectos: aqueles que condizem à assistência estudantil e aqueles que envolvem toda a organização acadêmica.

Com relação ao primeiro grupo, a Unifei convive com questionamentos e reclamações, entre os quais destacamos:

- Assistência médica: Os(As) discentes da Unifei entendem que não há a assistência médica interna adequada para eles. Isso é verdadeiro para ambos os *campi*, como também não há para professores e técnicos. Com a pandemia, isso se faz ainda mais necessário.
- Mecanismos de auxílio: O ponto-chave aqui se prende às necessidades de moradia e alimentação, desenvolvidas pela Diretoria de Assistência Estudantil. Com a diminuição da renda da maioria dos brasileiros, qual o suporte que será dado aos(às) discentes na volta às aulas presenciais? Entendo que os Diretores devem ter um papel central nestas discussões.

Com relação ao conjunto total de discentes, destacamos:

- Como será o regresso destes(as) discentes? Quais os incentivos que serão dados para atrair os(as) discentes novamente para os cursos, já que neste período houve abandonos das disciplinas. Se faz necessária uma discussão

mais detalhada nos órgãos superiores no qual o IRN tem papel de destaque, já que concentramos o maior número de cursos de graduação.

- Mobilidade: Para uma boa parcela de discentes, a mobilidade acadêmica vislumbra-se como uma ótima oportunidade de engrandecimento na sua formação profissional. Isso é verdadeiro se a Unifei tiver um sistema adequado de seleção, acompanhamento e avaliação dos resultados desse tipo de atividade acadêmica. O IRN deverá ter uma comissão para apoiar os coordenadores de curso que se encontram sobrecarregados com estas atividades.
- Representatividade: Caberá aqui, para o IRN, a abertura de um canal de comunicação com os órgãos de representação estudantil. Isto poderá ser feito através de reuniões periódicas, registrada como atividade do diretor, com os representantes de cursos.

São ações ou metas que devem ser perseguidas junto à administração central:

- Auxílio contínuo e consistente ao(à) discente carente;
- Apoio psicopedagógico efetivo;
- Incentivo à autoaprendizagem;
- Possibilidade de maior interação por meio de atividades extracurriculares;
- Apoio e incentivo à organização dos estudantes;
- Aprimoramento contínuo no processo de busca informatizada das informações acadêmicas;
- Apoio à participação em eventos, produção e divulgação de trabalhos científicos;
- Apoio para maior participação em eventos culturais e acadêmicos;
- Alocação estudada e equilibrada de bolsas de monitorias e de estágios;
- Incentivo ao conhecimento por parte dos alunos de graduação e pós-graduação dos indicadores de seus cursos;
- Incentivo à participação em programas de mobilidade nacional e internacional, com acompanhamento e análise crítica dos resultados;
- Visibilidade aos aspectos antes apenas "sentidos" pela Instituição, agora registrados através das respostas dadas pelos diversos segmentos da Unifei com os relatórios da Comissão própria de avaliação.
- Melhoria do mecanismo de avaliação da Instituição;

- Espaço novo de participação dos diversos segmentos;
- Discussão sobre a avaliação iniciando uma nova cultura acadêmica de avaliação;
- Um primeiro e abrangente panorama do cenário institucional através dos resultados organizados;

4.7 EGRESSOS

Não há, atualmente, uma política efetiva de acompanhamento de egressos, quer sejam oriundos da graduação ou da pós-graduação. Essa tarefa deve ser incluída como uma das atribuições dos colegiados de cursos de forma mais eficiente.

Ademais, não há uma política institucional para educação continuada, voltada para esse segmento de nossa comunidade. Essa ação pode ser desenvolvida junto à Pró-Reitoria de Extensão.

Os(As) ex-alunos(as), em sua maioria, sempre se manifestaram sobre o andamento das atividades de nossa instituição. Isso configura-se como uma ótima oportunidade para que a direção do IRN possa ter mais subsídios, e um olhar agora externo sobre as dificuldades e facilidades encontradas pelo IRN.

É recomendável o estreitamento desse laço, cabendo aos colegiados de cursos o desenvolvimento de ações que promovam essa interação.

4.8 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A educação a distância na UNIFEI teve seu início em fins de 2000, tendo como um de seus objetivos o incentivo ao uso de metodologia e material didático específicos em disciplinas presenciais para que os docentes adquirissem gradativamente domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e pudessem, posteriormente, ofertarem disciplinas a distância de forma satisfatória e boa qualidade. Foi assim criado o NEAD – Núcleo de Educação a Distância, ligado diretamente à Reitoria.

A atuação inicial do NEAD teve foco na capacitação docente. A oferta de cursos de graduação e especialização só se tornou viável, entretanto, com a implementação de políticas de expansão do MEC, por meio da criação, em 2005, da Universidade Aberta do Brasil (UAB), cujo principal objetivo é articular e integrar um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, visando sistematizar ações,

programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Se, pela EaD, tínhamos atuação regional e nacional, a atuação local teve que ser implantada rapidamente com a pandemia que nos assolou desde 2020. A Portaria 4.059/04 incentiva o emprego da EaD em até 20% nas estruturas curriculares dos cursos presenciais de graduação, ou seja, permite, além das modalidades presencial e a distância, a modalidade semipresencial. Devemos continuar explorando muito essa possibilidade, bem como criarmos mecanismos que nos permitam quantificar e qualificar o que se tem feito. Isto se torna essencial com o retorno das atividades presenciais dentro deste universo de incertezas que ainda estamos inseridos. A revisão da efetividade do que está sendo proposto pelo comitê responsável pelo retorno das aulas presenciais deve levar em consideração os dados que geraremos sobre acertos e erros dentro deste processo.

4.9 COLEGIADOS E COORDENAÇÕES DE CURSO

Todos os programas de graduação e de pós-graduação que estão no IRN têm implementados seus colegiados e eleitos os seus coordenadores. Todos eles têm autonomia de trabalho, respeitadas, obviamente, suas vinculações com as Pró-Reitorias correspondentes e as diretrizes legislativas do MEC.

Ações e metas que visam atingir:

- Revisão da Norma de Colegiado, considerando os cursos implantados e os aspectos de reestruturação das unidades acadêmicas;
- Busca contínua de diálogo, para uma postura pró-ativa e assertiva;
- Maior valorização institucional da figura do(a) coordenador(a) de curso. **Este é um ponto essencial que deve ser sempre buscado.**
- Valorização da importância do trabalho de informatização, para que o sistema de informações seja visto pelos coordenadores como um mecanismo que propicia o fortalecimento dos cursos que são por eles gerenciados.

4.10 INFRAESTRUTURA

Considerando que:

- a percepção existente é a de que os laboratórios são insuficientes em quantidade, e alguns deles em qualidade (necessitam de implementações/reformulações/ampliação), deve-se buscar continuamente soluções para isto, negociando com outros institutos. Aqui um problema imediato a ser resolvido é a ocupação integral do bloco 9.
- a reorganização de espaços é uma possibilidade.

Proponho como necessárias ações que garantam:

- a reforma de instalações gerais e acadêmico-administrativas do IRN;
- a reforma e ampliação de vários laboratórios, integrando alguns ao Centro de estudos em qualidade ambiental (Cequam) e desocupando alguns espaços
- a implantação de planos de manutenção de equipamentos e instalações que satisfaçam as demandas da IRN, de acordo com as demandas enviadas pelas chefias de laboratório e centralizadas junto à secretaria do IRN
- a busca de solução para que os professores não tenham que compartilhar salas
- a reformulação das regras de circulação e segurança dentro do IRN neste cenário ainda de pandemia.

4.11 COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE

Infelizmente poucos lá fora nos conhecem e mesmo os daqui de dentro mostram um razoável grau de desconhecimento de nossos objetivos, possibilidades e aptidões. Há uma predominância de desconhecimento, por parte da comunidade externa e interna, das atividades desenvolvidas pelo IRN. Isso se deve ao fato de que a estrutura de informações institucionais não está bem estabelecida quanto aos próprios objetivos institucionais.

São proposições básicas para a possível melhoria desse quesito:

- A real institucionalização, com a devida responsabilização, da Secretaria de Comunicação Social;
- O trabalho sistemático dessa Secretaria com a Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação;
- O aprimoramento de nossa comunicação, via *web*, em quantidade e qualidade. A internet deve se configurar como o nosso principal canal de comunicação;
- O incentivo a visitas periódicas de discentes e docentes de outras instituições de ensino superior e de pesquisa bem como de estabelecimentos de ensino fundamental e médio.
- O estabelecimento de parcerias efetivas, sem desembolso financeiro, com emissoras de rádio e TV das regiões de Itajubá e Itabira. Trabalho este que já vem sendo realizado por parte de alguns professores

4.12 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Algumas constatações acerca da responsabilidade social da Unifei:

- Apesar de serem poucos, pequena parcela da comunidade interna tem conhecimento dos projetos desenvolvidos com a comunidade externa;
- Os alunos e os técnicos administrativos são pouco incentivados a participar de projetos e ações juntos à comunidade externa. Essa participação fica, na maioria dos casos, restrita ao incentivo dos professores que procuram atuar de maneira mais contundente com o meio externo e esses professores são poucos;

O que propomos como atuação do IRN para os próximos 4 anos:

- Atuação mais incisiva por parte da Direção na identificação das possibilidades de participação em projetos com a comunidade;
- Possibilidade de inserção de projetos dessa natureza em várias disciplinas da graduação e pós-graduação, por meio de estudos de casos, de situações que aprimorem a interface IRN-comunidade externa, concretizando as verdadeiras ações de extensão universitária.

4.13 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE (PDU)

O Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) é um importante documento de planejamento para as unidades administrativas inseridas no organograma da Unifei. Este será um dos próximos documentos a serem exigidos pelo MEC e, portanto é essencial que seja elaborado com qualidade, clareza e concisão, para que seja um instrumento eficaz de gestão.

Cada unidade terá que apresentar o seu perfil, seu histórico de atuação e seu planejamento tático estipulado dentro de um determinado período de vigência. O documento é uma ferramenta de gestão da unidade, visando o seu desenvolvimento quanto a sua infraestrutura, seu quadro de servidores, à entrega de resultados para a sociedade local através da formação superior, oferta de pesquisas e ações de extensão, e outros produtos e serviços e atividades desenvolvidas.

A elaboração do PDU é o momento de formulação das diretrizes que deverão nortear as ações do IRN. Portanto, é extremamente válido que haja o envolvimento e a participação dos diversos agentes que atuam no Instituto. O documento deve ser elaborado tendo em vista uma abordagem tática da unidade, considerando seus fatores a médio prazo. Uma vez trocada a direção, o PDU permanece.

É fundamental que o PDU tenha estreita aderência em relação ao PDI da instituição, haja vista que um deve ser o desdobramento do outro. Sendo assim, o PDU, além do panorama “micro” do IRN, também deve apresentar a ligação com a visão “macro” da Unifei, evidenciando como a unidade pretende contribuir para a consecução dos planos, objetivos e metas estabelecidos no PDI.

Este plano veio ao encontro do que anseio para nossa Instituição: o olhar da comunidade acadêmica para a totalidade da Unifei e não disputa entre as unidades para ver quem consegue mais. Isto, certamente, só prejudica o crescimento da Instituição. Se não enxergarmos o todo, não entenderemos o cenário no qual estamos inseridos.